



## NOTA DE ESCLARECIMENTO

Em matéria recentemente divulgada pela editoria de Economia do jornal Diário do Nordeste, sob o título Parada da produção de petróleo no CE não deve impactar cidades, a Associação dos Municípios do Estado do Ceará (Aprece), ouvida na citada reportagem na pessoa de seu consultor econômico, Irineu Carvalho, esclarece e ressalta que:

Embora, quando comparado a estados como o Rio de Janeiro, o Ceará tenha perdas gerais menos expressivas pela interrupção da produção de petróleo nas plataformas instaladas em seu território, os impactos para as oito cidades cearenses mais afetadas são grandiosos. Dessa forma, o título e a escolha do foco editorial da matéria são, no mínimo, infelizes, e escondem as inúmeras dificuldades orçamentárias que serão geradas com essa situação - são R\$ 89 milhões de perdas e isso não é pouca coisa quando pensamos em gestão pública, de forma alguma.

Este recurso R\$ 9,766 milhões tem um impacto significativo nas finanças públicas de Trairi, representando uma importante possibilidade de ampliação dos investimentos públicos, no intuito de estimular o desenvolvimento econômico local, explica, por exemplo, o prefeito do município, Marcos Prado. De acordo com a própria matéria do Diário do Nordeste, em tímido parágrafo final, a lista das cidades no Ceará que recebem royalties é liderada por Fortaleza, com R\$ 15,762 milhões. Trairi (R\$ 9,766 milhões), Paracuru (R\$ 2,068 milhões), Paraipaba (R\$ 8,040 milhões), Maracanaú (R\$ 9,498 milhões), Itapipoca (R\$ 10,704 milhões), Icapuí (R\$ 8,722 milhões), Aracati (R\$ 9,455 milhões) e Amontada (R\$ 7,029 milhões) completam a lista apresentada pelo consultor da Aprece ao DN. Para a população dos municípios em questão, é preocupante conhecer esses números e desolador fazer isso exatamente em um texto que sobressalta a baixa perda financeira geral do Estado.

A aplicação dos royalties petrolíferos para viabilizar a ampliação da oferta de bens e serviços é altamente relevante para os municípios citados, principalmente os de menor porte. Isso acontece, sobretudo, quando se tem em conta que essa é uma condição temporária, decorrente da exploração de recursos naturais não renováveis. Com o corte desse recurso pelo governo federal, as cidades deixam de potencializar a capacidade da economia local em manter o desenvolvimento.

Considerando-se a condição das receitas de royalties, que são incorporados ao orçamento público, assume um papel de destaque o investimento público, enquanto política de desenvolvimento. O potencial de arrecadação dos royalties possibilita o equilíbrio orçamentário na maior parte dos municípios cearenses mais afetados. É importante ressaltar que a aplicação dos recursos daí provenientes é feita em atividades que geram novas oportunidades econômicas, capazes de substituir a atividade de extração mineral quando não mais for possível a exploração dos recursos naturais naquela localidade. Ou seja, os recursos aplicados de forma a gerar um processo de desenvolvimento sustentável, uma vez cortados, quebram os sistemas locais.

  
Francisco Alves Diniz  
Presidente da Aprece

Fortaleza, 03/04/2020